

## 5.

### Considerações Finais

O COMPERJ, desde o início de sua instalação, carrega consigo a imagem do “desenvolvimento” e “sustentabilidade”. Entretanto, as *des-re-territorializações* das comunidades que estão na sua área de implantação, como é o caso da Comunidade de Itambi, e sua proximidade com o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (MMACF) divergem das concepções de desenvolvimento e sustentabilidade defendidas nesta pesquisa. Entende-se, nesta pesquisa, que se deve deixar que os indivíduos de diferentes lugares decidam as formas de vivenciar as suas territorialidades e assim o(s) seu(s) desenvolvimento(s) e sua(s) sustentabilidade(s), ou seja, seus parâmetros de justiça social e qualidade de vida. A instalação do COMPERJ é, dessa maneira, um exemplo das contradições entre os modelos de desenvolvimento socioespacial.

Observou-se que a política de desenvolvimento via COMPERJ ainda está baseada na redução do conceito de desenvolvimento ao crescimento econômico e modernização tecnológica, a partir de uma concepção de produtividade que é parcial, pois que aumenta a renda financeira em curto prazo diminuindo a produtividade de energia e capital natural local, desmantelando as diversidades culturais. Da mesma forma, percebeu-se que a Comunidade de Itambi certamente compartilhará dos custos sociais e ambientais, ou seja, dos ônus da política pública em voga, em muitas instâncias do poder instituído.

Não se sabe ao certo se as infraestruturas relacionadas ao COMPERJ afetarão concretamente o território atual da Comunidade de Itambi. Entretanto, percebe-se que a saída dessa comunidade dos mangues está diretamente relacionada com a entrada do COMPERJ naquele espaço, seja por uma política ambiental que busca minimizar os futuros danos ambientais do pólo petroquímico ou por uma política de cunho assistencialista como forma de fortalecer a entrada do capital industrial no local.

Ainda se verifica, a partir dos depoimentos utilizados nessa dissertação, que a chegada do COMPERJ no local (com suas previsíveis conseqüências sociais e ambientais), levará a perda dos principais referenciais simbólicos, recursos materiais de sobrevivência, ciclos de convivência e solidariedade e afetividade

com o território da Comunidade de Itambi. Dessa maneira, percebe-se que a comunidade estaria vivenciando um processo de *des-re-territorialização* (HAESBAERT, 2004).

Nessa pesquisa salientou-se que os lugares estão inseridos, em maior ou menor grau, em um contexto nacional e global e ainda assim possuem particularidades e singularidades que devem ser valorizadas e potencializadas. Estas devem ser utilizadas como vantagens competitivas, reproduzindo assim saberes contextuais ambientais no que se refere às formas produtivas locais, diminuindo os efeitos ecológicos e as desigualdades e conservando a diversidade territorial. Contudo observou-se justamente o contrário, em que as potencialidades específicas locais são desvalorizadas em detrimento de interesses globais/nacionais.

É importante então que direcionemos “um olhar menos viciado” sobre a Comunidade de Itambi para que se possa perceber outras racionalidades e dismantelar certas “verdades”. A partir das próprias concepções da comunidade verificou-se que os moradores não estão satisfeitos com a mudança para o Conjunto Habitacional, dizendo-se não terem sido consultados, mas apenas comunicados sobre esse projeto do PAC. Os juízos de valor em relação à ideia de qualidade de vida atribuídos pelos os gestores do Conjunto Habitacional do PAC e das Unidades de Conservação divergem das concepções dos habitantes da Comunidade de Itambi.

A Comunidade de Itambi luta por mais direitos e liberdades. Contudo, verificou-se um pedido de “ajuda” nessa luta, observando as forças desiguais e o medo de seu “desaparecimento”, em outras palavras de sua exclusão social.

A partir dos depoimentos da Comunidade de Itambi, poder-se-ia investir para que a área se constituísse em uma Vila de Pescadores com a manutenção dos mangues pela comunidade. Dessa maneira, outras políticas públicas que considerem e valorizem as potencialidades locais poderiam ser privilegiadas, tais como políticas que visem à manutenção da qualidade de vida da Baía de Guanabara, assim como dos mangues da APA de Guapimirim, que fortaleçam as atividades produtivas locais (a cata de caranguejo, de siri, a pesca) e até que desenvolvam o ecoturismo.

A comunidade, nesse momento, procura se organizar na busca por mais direitos. Acredita-se, que a célula possível de pressão atual na comunidade tenha que ser fortalecida e pelas suas associações de moradores e pescadores devam criar estratégias a partir de um confronto racional de argumentos e tentando buscar alianças que fortaleçam seus mecanismos de ação política. Com isso, não apenas seria uma política do reconhecimento da diferença e conseqüentemente da diminuição de desigualdades, como também da reprodução de saberes ambientais que contribuiriam para a conservação daqueles manguezais, favorecendo a qualidade ambiental local/regional. Seria, dessa maneira, uma visão em longo prazo.

Salientamos ainda que o território é o lugar de luta, resistência, busca pelo desenvolvimento(s) e sustentabilidade(s), entendidos de acordo com as perspectivas particulares dos territórios, que emanam cultura, história, interesses, necessidades e desejos específicos e, portanto, outras racionalidades.

Da mesma maneira, foram observadas as múltiplas dimensões do território (cultural, política, econômica e da natureza), afirmando assim a necessidade de uma visão integradora e não-dicotômica entre cultura e natureza em seu estudo. Entretanto, podemos observar uma separação ainda muito clara do social/ambiental entre os gestores públicos envolvidos.

Dessa maneira é fundamental a importância da Academia nesse processo e o papel da Geografia na transformação social, ressaltando a temática da pluralidade, das diferenças e a de separação das políticas públicas sociais das ambientais. Assim sendo, devem ser buscadas outras escalas do *fazer político*.

Como alertava Furtado (2007), devemos tomar gosto pelo exercício da imaginação para a construção de um Brasil democraticamente mais justo, ou seja, aprender a fazer política e criar condições, estratégias e ferramentas para que diferentes populações participem dos processos decisórios de políticas de desenvolvimentos dos territórios em que estão inseridas.

Concorda-se ainda com Souza (2000a), quando lembra que o controle cidadão pleno exige muito mais que uma transformação política na escala local, sendo necessária uma transformação social mais profunda, impossível de ser alcançada apenas dentro do raio de ação político, cultural e econômico local.

Contudo, como o próprio autor afirma, a escala local continua sendo a privilegiada para experimentos político-pedagógicos, para a formação de uma consciência de direitos e para a prática da participação política. Dessa maneira, baseando-se em Rua (2002), acreditamos que o ponto de partida ainda seja o *lugar*, rumo à superação da heteronomia, com a criação de mecanismos e adoção de medidas que permitam a redução da segregação socioespacial e ir além da pseudoparticipação (SOUZA, 2000a).

Esse trabalho procura contribuir com essa luta ao olhar para a territorialidade da Comunidade de Itambi e buscar outras racionalidades. Com esse olhar, outros projetos de desenvolvimento no Brasil para transformarem as realidades locais devem ser compreendidos em suas diferenças, procurando valorizá-las para diminuir as desigualdades do nosso país; em outras palavras, esperamos que este trabalho possa contribuir para que diferentes territorialidades possam ser potencializadas como estratégica política na busca desse(s) desenvolvimento(s) com mais autonomia dos sujeitos envolvidos.

A realidade aqui estudada está se modificando rapidamente e ainda nos deixa diversas questões. O futuro da comunidade ainda é incerto e o porquê de empresas terceirizadas do COMPERJ conversarem com a comunidade a respeito de indenizações também não podem ser respondidos nessa pesquisa. Da mesma forma, o futuro do município de Itaboraí, assim como de outros municípios que também estão sendo afetados pela política de desenvolvimento via COMPERJ ainda deixa muitas dúvidas. As conseqüências ambientais e sociais tanto nas Unidades de Conservação como em toda a Baía de Guanabara com a implementação do pólo petroquímico no local, ainda que previstas, não são certas. Além disso, a atual discussão em torno da redistribuição dos *royalties* merece um olhar especial, já que pode afetar diretamente a política de desenvolvimento na região, seus mecanismos de ação, o CONLESTE, assim como a própria opinião pública.

“Só durante a própria marcha será possível vislumbrar os novos desafios que irão surgir – as limitações das táticas e estratégicas – e as maneiras de vencê-los” (SOUZA, 2000a, p.85). Dessa maneira, a continuidade na análise das múltiplas faces desse processo, das modificações e conseqüências, assim como das resistências e lutas é importante não apenas para compreensão dessa realidade,

como para a criação de ferramentas, ou seja, de políticas capazes de intervirem nessa realidade e fortalecerem tanto a luta dos sujeitos envolvidos nessa política de desenvolvimento, como de outras populações do Brasil.

Outros projetos de desenvolvimento no Brasil devem transformar assim o território levando em conta as potencialidades locais com a participação efetiva dos diferentes grupos em seus diferentes projetos de desenvolvimento e sustentabilidade. Acredita-se que assim se diminuiriam as desigualdades e se aumentariam os direitos e liberdades para o maior número de pessoas possível, contribuindo para a construção de um Brasil democraticamente mais justo, com justiça social e reconhecimento da diversidade territorial dos lugares.